

SISTEMA FAEP



impresso

BOLETIM informativo

www.faep.com.br

Ano XXIV | nº 1084 | 15 a 21 de fevereiro de 2010

Tiragem desta edição: 24.000 exemplares

AVICULTURA A resistência dos produtores está terminando



pág 8



PARANÁ ORFÃO | PÁG 2

Cleverson Beje

R\$ 21 bilhões

» É o que o Paraná colocou nos cofres de Brasília. E o que o nosso Estado recebeu em troca?



2

Capa

O Estado esquecido

7

Funrural

Contribuição ao SENAR continua



Cleverson Beje

8

Avicultura

Bolso vazio, produtor em fuga

10

Show Rural

FAEP marca presença

12

Aldo Rebelo

Deputado comunista solta o verbo

16

Via Rápida

A imprensa, o piolho do rei, o escorpião do soldado e o pernilongo do Drummond

18

Capacitação

A força de vontade do trabalhador



Divulgação

20

Cursos SENAR-PR

Posses, Qualidade de Grãos, Mulher Atual, Agrotóxicos e Bambu

22

MST

O bandoleiro boa vida

22

Direto ao Produtor

O preço do traseiro

O amor não c

O Paraná forra o Tesouro Nacional, mas é orfão de recursos federais

No começo da década de 90, em seu primeiro mandato, o governador Roberto Requião criou um slogan publicitário: “Paraná, um estado de amor para o Brasil”. Sabe-se que amor com amor se paga, mas infelizmente o Brasil ou especificamente Brasília não correspondeu a essa afetividade.

A prova é incontestável. A Receita Federal revela que em 2009 (veja tabela ao lado) o Paraná arrecadou para os cofres do Tesouro Nacional a sonora quantia de **R\$ 21.686.569,502,00 (Vinte e um bilhões, seiscentos e oitenta e seis milhões, quinhentos e sessenta e nove mil e quinhentos e dois reais)**.

Esse é o tamanho do amor do Paraná pelo Brasil. Em troca dessa vultosa soma, o orçamento de 2010 da União retribuirá ao nosso Estado míseros **R\$ 290.513.921,00 (Duzentos e noventa milhões, quinhentos e treze mil, novecentos e vinte e um reais)**. É o valor dos investimentos no Estado, resultado da aprovação de emendas parlamentares apresentadas no Congresso Nacional, quando se discutiu o orçamento geral da União. Não se incluem os valores de custeio (salários, Fundos constitucionais etc). Apenas para comparar, o Rio Grande do Sul arrecadou praticamente o mesmo que o Paraná ao Tesouro no ano passado, mas embolsará do orçamento mais de R\$ 966 milhões. Já Santa Catarina arrecadou pouco mais que \$ 13 bilhões ao governo central e levará do orçamento mais de R\$ 373 milhões.

Nosso Estado se consolidou como o maior produtor de grãos do país, complementado por uma efetiva agroindústria e um parque industrial de manufaturados respeitável, o que resulta em dividendos incalculáveis para a economia nacional, como se comprova com os mais de R\$ 21 bilhões encaminhados à Brasília.

Sessão nostalgia

Requião cumpre seu terceiro mandato (1991-1994; 2003-2006 e 2007-2010). Há poucos dias, ele ilustrou o comportamento da administração estadual, lembrando seu primeiro mandato. “Vencemos a inação do governo federal e tocamos, com recursos do Estado, a duplicação do trecho Curitiba-Garuva(SC) da BR-376, até então conhecida como ‘rodovia da morte’”. De fato, Requião, em 1992, completou essa obra iniciada pelo seu antecessor Álvaro Dias, mas Santa Catarina, em vez de usar recursos próprios, conseguiu dinheiro federal e duplicou a mesma rodovia da divisa com o Paraná até Florianópolis. Facilitou, inclusive, a fuga no verão dos paranaenses em direção ao litoral catarinense, onde o pedágio por 400km é de R\$ 4,40, enquanto ao litoral paranaense para 100km, o pedágio é de R\$ 12,70.

O governador também lembrou que no seu primeiro governo construiu a Ferroeste, ligando Cascavel a Guarapuava. “Tratava-se de uma obra que cabia à União”, disse ele, “que detém as concessões de ferrovias, mas foi feita pelo Estado”. Somando-se os investimentos na rodovia Curitiba-Garuva e na Ferroeste, saíram do bolso dos paranaenses, ainda segundo o governador, “mais de R\$ 5 bilhões”. Enquanto isso, os outros Estados que não dedicaram publicamente o “amor pelo Brasil” nadaram em investimentos federais de grandes obras.

orrespondido



Arquivo

RECEITA	PR	RS	SC
IMPOSTO SOBRE IMPORTAÇÃO	1.159.772.621	538.576.427	1.278.154.435
IMPOSTO SOBRE EXPORTAÇÃO	4.409.036	831.171	417.089
IPI - TOTAL	1.863.004.805	3.257.460.305	1.589.310.800
IPI - FUMO	53.201.329	1.104.575.209	64.426.736
IPI - BEBIDAS	79.515.808	132.255.742	91.266.512
IPI - AUTOMÓVEIS	257.865.504	138.334.292	84.042
IPI - VINCULADO À IMPORTAÇÃO	652.540.247	672.828.732	605.951.399
IPI - OUTROS	819.881.917	1.209.466.330	827.582.112
IMPOSTO SOBRE A RENDA - TOTAL	6.917.409.192	6.655.716.366	3.607.676.826
IRPF	741.773.355	980.915.449	430.032.788
IRPJ	2.874.195.228	2.945.374.406	2.074.357.311
ENTIDADES FINANCEIRAS	331.912.156	276.107.772	12.452.923
DEMAIS EMPRESAS	2.542.283.073	2.669.266.633	2.061.904.388
IMPOSTO S/ RENDA RETIDO NA FONTE	3.301.440.608	2.729.426.512	1.103.286.727
IRRF - RENDIMENTOS DO TRABALHO	1.527.511.119	1.896.136.080	788.274.581
IRRF - RENDIMENTOS DO CAPITAL	1.231.006.524	487.969.538	156.267.505
IRRF - REMESSAS P/ EXTERIOR	330.257.779	148.844.362	66.283.826
IRRF - OUTROS RENDIMENTOS	212.665.186	196.476.532	92.460.815
IMPOSTO S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	1.060.844.772	323.820.442	56.062.496
IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	49.785.406	45.022.327	9.196.013
CPMF	536.247	3.690.561	6.469.289
COFINS	5.837.173.565	6.475.471.360	4.308.235.742
FINANCEIRAS	188.633.077	191.465.799	10.124.051
DEMAIS	5.648.540.488	6.284.005.561	4.298.111.691
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	1.589.356.145	1.726.658.999	1.082.204.780
FINANCEIRAS	27.815.142	33.143.165	1.784.159
DEMAIS	1.561.541.002	1.693.515.834	1.080.420.621
CSLL	1.686.327.895	1.599.470.051	1.072.872.549
FINANCEIRAS	280.847.708	154.946.404	7.016.676
DEMAIS	1.405.480.187	1.444.523.646	1.065.855.873
CIDE-COMBUSTÍVEIS	7.768.664	537.567.128	3.030
CONTRIBUIÇÕES PARA FUNDAF	24.483.540	10.348.309	14.404.566
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	631.257.010	455.773.253	286.353.458
RECEITA ADMINISTRADA PELA RFB	20.832.128.897	21.630.406.696	13.311.361.074
DEMAIS RECEITAS	854.440.605	348.474.949	168.272.616
TOTAL GERAL DAS RECEITAS	21.686.569.502	21.978.881.645	13.479.633.690

* Em R\$1,00 | Fonte: Sistema DW-Arrecadação | Obs: Não inclui Receita Previdenciária.

A infraestrutura capenga

Com o orçamento federal sendo mesquinho com o Paraná, houve quem visse no lançamento do PAC do governo federal, no início de 2007, a salvação da lavoura. Foi exatamente o caso do governo paranaense.

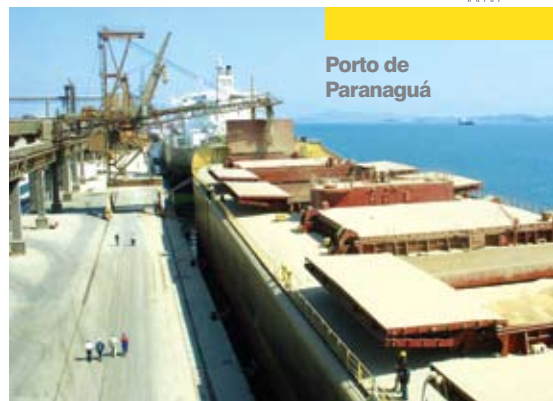
Em 24 de julho daquele ano, com um recheado documento de 173 páginas repleto de números, o então secretário de Planejamento do Governo do Estado, Enio Verri, anunciou a “Política de Desenvolvimento Econômico do Paraná”, que ele classificou como o “PAC Paraná”. Nele foi anunciado que seriam investidos R\$ 18 bilhões e 200 milhões no Estado até este ano de 2010. Verri que a pouco deixou a secretaria e assumiu seu posto de deputado estadual, foi otimista. Afirmou que além dos mais de R\$ 18 bilhões, o PAC federal, de Lula, reservava “mais R\$ 10 bilhões ao Estado”. E nesses (bilionários) grãos em grãos, Verri calculou o investimento real do “PAC Paraná” em mais de R\$ 30 bilhões, “se forem somados os recursos aplicados nas folhas de pagamento de algumas categorias do funcionalismo público”.

Há um hábito tanto no Planalto, em Brasília, como no Centro Cívico, em Curitiba, de se somar recursos de custeio para disfarçar os minguados investimentos reais em logística e infraestrutura.

O então secretário alertava que quase a metade dos investimentos previstos no PAC Paraná seriam transversais, isto é, com grande repercussão na economia do Paraná. “É o caso”, disse ele, “dos investimentos da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, que irá aplicar mais de R\$ 940 milhões”.

Há mais de uma década nenhuma grande obra de infraestrutura ocorreu em território paranaense. Sobram, porém, promessas e divagações lítero - ferroviárias - rodoviárias - portuárias, como se vê a seguir.

IAPAR



Porto de Paranaguá

O porto

A FAEP vem participando das discussões sobre o Porto de Paranaguá desde maio de 2002. Com a posse de Eduardo Requião, irmão do atual governador como superintendente do porto, uma série de conflitos jurídicos e administrativos passaram a ocorrer.

» rompimento do contrato de dragagem com a empresa então licitada e contratada, criando um impasse que provocou cinco anos de interrupção na dragagem do Canal da Galheta (acesso ao porto);

» resistência à lei federal que permite a produção e movimentação de soja transgênica no país;

» litígio com o CAP (Conselho da Administração Portuária), onde era conselheiro e nunca participou das reuniões ordinárias.

Sob a administração de Eduardo Requião, devidamente autorizado pelo irmão-governador, a Administração do Porto renunciou a um convenio já pactuado e com obra licitada com o Ministério dos Transportes para a construção do cais oeste, cujo valor (a fundo perdido) era R\$ 190 mil, ou de R\$ 290 milhões em valores atuais. A alegação foi de que seria possível construir com valores próprios e orçamento menor (até hoje não foi construído). Há duas semanas o Governo anunciou o investimento de R\$ 95,7 milhões para a construção de um pier de

436 metros, o chamado Cais Oeste.

Ou seja, oito anos depois de dispensar R\$ 190 milhões (hoje, R\$ 290 milhões) do governo federal, o governo do Estado gastará do seu próprio orçamento R\$ 95,7 milhões. Não se tem notícia dos anunciados R\$ 940 milhões do "PAC Paraná".

Atualmente o governo tenta comprar uma draga para aprofundar o Canal da Galheta e evitar que os navios-graneleiros deixem o porto com seus porões semi-preenchidos. Já a dragagem do acesso ao porto de Antonina bem como os berços de atracação daquele porto e a recuperação do terminal público Barão de Teffé no porto de Antonina não estavam nem estão previsto.



OPINIÃO | NILSON HANKE CAMARGO *

O Paraná fora dos trilhos



* NILSON HANKE CAMARGO é engenheiro-agrônomo e economista da DT, da FAEP

O histórico de mais de duas décadas da matriz de transportes de grãos no Paraná continua inalterada: 30% ferrovias e 70% rodovias. Os últimos investimentos em novos trechos ferroviários no Paraná datam do início da década de 90, quando foram construídos apenas 248 km de trilhos. Depois de 25 anos sem investimentos, o rompimento do contrato de concessão ferroviária do governo do Estado com a Ferropar proporcionou a agilização operacional da Ferroeste, mas os graves problemas permanecem. Entre eles:

» existência crítica de material permanente, falta de material rodante;

» dependência da ALL para acessar o porto de Paranaguá;

» falta de recursos para investimentos em novos e importantes trechos em regiões desassistidas por ferrovias no Estado;

O governo do Estado tem a obrigação de elaborar uma política ferroviária para o Paraná, envolvendo a iniciativa privada como parceira de seus projetos de ampliação da malha. Faltou iniciativa, criatividade e humildade política. A solução de um dos gargalos ferroviários do Paraná (trecho entre Guarapuava e Ponta Grossa) teve a decisão política para a sua solução e não técnica, pois a opção foi pelo traçado mais extenso e de maior custo orçado. A decisão sensata pela solução do gargalo do trecho Guarapuava/Ponta Grossa deve ser baseada em um pré-projeto onde sejam avaliadas

com profundidade todas as questões relativas aos aspectos técnicos, econômicos, financeiros, ambientais e sociais. Ao longo dos últimos 10 anos, a FAEP tem avaliado os problemas do agronegócio decorrentes da precariedade dos serviços ferroviários no Estado, não apenas pela limitadíssima malha existente mas, também pela qualidade dos serviços dessa malha. As perdas de receita com esse transporte precário são significativas. Sob o ponto de vista do agronegócio paranaense, a FAEP elencou as prioridades de trechos que precisam ser implantados ou melhorados:

» solução do acesso de Guarapuava/Ponta Grossa através de um pré-projeto que indique a solução mais racional;

» construção do trecho Campo Mourão/Jus-sara, para conexão com a ferrovia entre Cianorte/Maringá dotando a região de Campo Mourão com a opção ferroviária;

» ligação de Cianorte às barrancas do rio Paraná, permitindo escoamento das safras do M. Grosso do Sul;

» continuação do trecho da Ferroeste entre Cascavel/Guaira;

» e outro trecho entre Curitiba/Paranaguá, aliás com traçado já definido há três décadas.

As concessões ferroviárias no País são atribuições do Governo Federal, mas não adianta tentar reivindicar recursos, se aqui na aldeia nós não nos entendemos e sequer temos uma política ferroviária.

Rodovias

As rodovias do Estado se encontram em razoáveis condições de tráfego, principalmente as pedagiadas. Aliás, a FAEP, por exemplo, não é contrária à cobrança das tarifas de pedágio, mas sim contrária à valores exagerados. O ideal seria abrir negociações com as concessionárias para se obter uma tarifa diferenciada. É injusto pagar a mesma tarifa por cargas de produtos primários e de produtos industrializados, pois esses detêm um alto valor agregado.

Num Estado líder de produção agrí-

cola é necessário atacar alguns gargalos rodoviários. A finalização da rodovia BR 487 (boiadeira), trecho entre Campo Mourão/Cruzeiro do Oeste, a duplicação do trecho Medianeira/Campo Largo, a PR 090 no trecho entre Campo Magro/Pirai do Sul, o trecho entre Tunas do Paraná/Jaguariaiva, entre eles. Outro projeto que deveria ser desenvolvido pelo governo do Estado é a implantação das estradas rurais asfaltadas (entre propriedades rurais acessando uma estrada vicinal, secundária ou primária) através de parceria com as prefeituras municipais e comunidades rurais onde essas participam com 50% do

valor da obra rodoviária. Essa experiência foi executada em Toledo, onde o custo para as propriedades rurais é de R\$ 50 mil por quilometro construído.

Aeroporto

Continua em ritmo de teço-teco a ampliação das pistas, pátios e ampliação do terminal de cargas e de passageiros do Aeroporto Afonso Pena. Hoje grandes aviões cargueiros não descem no Afonso Pena e quando aterrisam saem vão completar a carga em Viracopos (Campinas-SP).

O PAC empacado no Paraná

Há na administração federal o chamado Plano Nacional de Logística e Transportes que estima os recursos capazes de resolver gargalos desses dois setores básicos da economia. No último PNLT foi demonstrado que o Paraná precisaria de R\$ 9,4 bilhões para ter uma logística e uma infraestrutura eficientes. O papel aceita tudo. A realidade é que no final de janeiro, a repórter Rosana Felix, do jornal "Gazeta do Povo" ofereceu aos paranaenses um retrato acabado do PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) que foi lançado há três anos e prometia "romper barreiras e superar limites".

Mas o PAC, no Paraná, empacou e no país os números apresentados pelo governo não conferem com a realidade. O levantamento realizado pela "Gazeta do Povo" mostrou que o estado deixará de receber R\$ 1,3 bilhão em investimentos em relação ao previsto quando o programa foi lançado, em 2007. "A maior parte disso (R\$ 800 milhões) seria aplicada em um poliduto ligando o Mato Grosso do Sul a Paranaguá. Sem viabilidade econômica, o projeto foi deixado de lado. Também foram retirados cerca de R\$ 500 milhões em investimentos na malha ferroviária paranaense", relatou o jornal. No relatório do PAC federal estão relacionadas as concessões da BR-166 (Curitiba-São Paulo e até a divisa com SC) e da ligação Curitiba a Florianópolis. Não se trata de um tostão do governo federal, mas consta no relatório como "investimento concluído" de R\$ 2 bilhões.

Paulo Bernardo x Roberto Requião

Diante desse panorama, o ministro Paulo Bernardo, do Planejamento, apontou na direção do governador Roberto Requião a responsabilidade do PAC estar empacado no Paraná. "Muitas pessoas

me perguntam por que há menos obras do PAC no Paraná do que em outros estados. É porque há governadores que brigam e vêm aqui para Brasília discutir com os ministros e com o presidente, para obter investimentos em infraestrutura. O Paraná não tem dado tanta ênfase nesse aspecto", declarou.

Melhor seria para a população do Estado se inicialmente o ministro e o governador se entendessem melhor e trouxessem recursos ao Paraná.. Paulo Bernardo é ministro desde março de 2005 e ocupa a pasta do "Planejamento, Orçamento e Gestão". Ou seja, tem a obrigação de planejar, manejar e executar o orçamento bilionário da União. Embora tenha nascido em São Paulo, ele foi eleito deputado federal pelo Paraná. Tema faca e o queijo nas mãos como ministro há cinco anos epoderia inverter o papel do nosso Estado que enche as burras do Tesouro e pouco tem em troca.

Paulo Bernardo confirmou que o Planalto ainda não encontrou soluções para as obras que foram retiradas do PAC. Sobre o duto, ele disse que há muita disputa sobre o formato da obra. "Ainda não se sabe quem vai participar, qual o melhor traçado. Temos de resolver essa equação, que pode ou não ter viabilidade".

Segundo ele, o governo federal não fará o ramal Guarapuava-Ipiranga e está estudando a viabilidade de uma obra muito maior. "A concessão da Ferroeste, que tem permissão para ir até Dourados ou Maracaju (MS), é uma das melhores opções de expansão ferroviária para o Brasil. Gostaríamos de investir nisso, fazer tudo", afirmou. O problema é que a Ferroeste, empresa de economia mista do governo do Paraná, precisa de uma ajuda financeira da União, e o desenho dessa parceria ainda não está definido, explicou Bernardo (confira no texto ao lado).

Esse cenário demonstra que o amor do Paraná pelo Brasil é imenso, mas são poucos os carinhos vindos de Brasília.



Cleverson Beje

Último trilho tem a idade de uma geração: 25 anos

Agência Brasil



“A mãe do PAC”

O PAC destrinchado

O "Estadão" analisa e mostra os números reais do maior programa federal

No início de fevereiro, os últimos números da execução do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foram apresentados em Brasília pela ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff - sua principal gestora, batizada pelo presidente Lula como "mãe do PAC".

Sua execução é lenta, o que torna muito duvidoso que seja concluído no prazo previsto. A utilização de certos indicadores mascara seu baixo nível de execução.

A ministra anunciou que, do total de R\$ 638 bilhões em investimentos no período 2007-2010 previstos no PAC, R\$ 403,8 bilhões, ou 63,3%, tinham sido aplicados até o fim do ano passado. Seus principais resultados são frutos de programas e projetos de empresas estatais e privadas que seriam executados com ou sem ele.

Se for considerado apenas as ações efetivamente concluídas, o resultado é bem menos animador. Em 36 meses de execução do PAC, nas obras encerradas foram aplicados R\$ 256,9 bilhões, ou seja, 40,3% do total.

Isso significa que, por ano, o governo executou, em média, 13,4% do total. Para concluir o PAC no prazo, teria de executar 60% neste ano de 2010, ou seja, teria de multiplicar por 4,5 o ritmo da execução do programa.

Ao analisar os resultados apresentados pela ministra, o jornal "O Estado de São Paulo" lembrou:

» Mesmo que, como assegura a ministra, o governo tenha aprendido a gerir melhor o programa, não parece crível que consiga elevar tanto assim o ritmo, pois isso exigiria da atual gestão uma competência que ela nunca mostrou ter.

Do valor de R\$ 403,8 bilhões anunciado pela ministra como realizado, é preciso destacar uma gordosa parcela, de R\$ 137,5 bilhões (34% do total), que nada tem a ver com obras, pois é formada por empréstimos habitacionais a pessoas físicas. São recursos oriundos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, do FGTS, do FAT e de outras fontes públicas.

Outra parcela importante refere-se aos investimentos das estatais, de R\$ 126,3 bilhões (31%). A Petrobrás responde pela maior fatia desses investimentos, que seriam feitos pelas estatais com ou sem o PAC, pois eles são elementos essenciais do planejamento estratégico dessas empresas.

A terceira fatia mais importante corresponde aos investimentos das empresas privadas, de R\$ 88,8 bilhões (ou 22% do total), e sobre eles o governo nada pode decidir. Há, ainda, as contrapartidas dos Estados e municípios (R\$ 11,1 bilhões, ou 3%) e os financiamentos (R\$ 5,1 bilhões, ou 1%).

» A fatia do PAC que cabe exclusivamente ao governo do PT, originária do Orçamento-Geral da União, totalizou apenas R\$ 35 bilhões, 9% do que a ministra anunciou ter sido executado, diz o "Estadão".

Esses números mostram que, apesar de tudo que tem anunciado e apesar do PAC, o governo continua a investir pouco, bem menos do que as necessidades do País. O padrão do gasto oficial, dominado pelas despesas de custeio, continua ruim para a economia brasileira e para os cidadãos. Melhorá-lo exige a redução dos gastos correntes, mas as despesas que mais crescem no governo Lula são com o funcionalismo, razão pela qual, tirante o PAC, é pequena a fatia que sobra para investir. "Em resumo", afirmou o "Estadão", o PAC, mal gerido, está longe de suas metas.

“Esses números mostram que, apesar de tudo que tem anunciado e apesar do PAC, o governo continua a investir pouco, bem menos do que as necessidades do País”

STF julga FUNRURAL inconstitucional

Contribuição ao SENAR continua valendo

por **Márcia Stacechen,**
Assessora Jurídica
do SENAR-PR

O Supremo Tribunal Federal (STF), por decisão unânime, julgou nesta quarta-feira (03 de fevereiro) inconstitucional a contribuição previdenciária pelo empregador rural pessoa física para o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural, como prevista no artigo 1º da Lei 8.540/92.

O STF declarou a inconstitucionalidade do artigo 1º da Lei 8.540/92 ao julgar o Recurso Extraordinário nº 363852, interposto pelo Frigorífico Mataboi S.A., de Mato Grosso do Sul, por entender que a contribuição previdenciária do FUNRURAL foi instituída por uma lei ordinária e não por uma lei complementar, como deveria ter ocorrido.

O STF conheceu e deu provimento ao recurso extraordinário para desobrigar os recorrentes da retenção e do recolhimento da contribuição social ou do seu recolhimento por subrogação sobre a “receita bruta proveniente da comercialização da produção rural” de empregadores, pessoas físicas, fornecedores de bovinos para abate, declarando a inconstitucionalidade do artigo 1º da Lei nº

8.540/92, que deu nova

redação aos artigos 12, incisos V e VII, 25, incisos I e II, e 30, inciso IV, da Lei nº 8.212/91, com a redação atualizada até a Lei nº 9.528/97, até que legislação nova, arriada na Emenda Constitucional nº 20/98, venha a instituir a contribuição.

O Tribunal julgou o caso concreto de uma empresa, o Frigorífico Mataboi. Portanto, a declaração de inconstitucionalidade aplica-se apenas a essa empresa, não se estendendo aos demais produtores, mas abre um precedente importante para que outras empresas e produtores obtenham o mesmo direito, via ações próprias, de não recolher essa contribuição ou de pedir a restituição dos valores que recolheu nos últimos 5 anos. Esse processo tratou exclusivamente da cobrança contribuição previdenciária prevista no artigo 1º da Lei 8.540/92, sobre a receita bruta da comercialização da produção.

O FUNRURAL é uma contribuição substitutiva da cota patronal do encargo previdenciário (20%) mais o percentual do RAT - Riscos Ambientais do Trabalho (3%) dos produtores rurais pessoas físicas e jurídicas e também das empresas agroindustriais. Para o segurado especial o FUNRURAL é o custeio de sua previdência, servindo para aposentadoria e outros benefícios junto ao INSS.

Junto com a contribuição previdenciária, o produtor rural paga também a contribuição para o SENAR. Esta continua valendo.

A contribuição devida ao SENAR sobre a receita bruta da comercialização da produção, prevista no artigo 1º da Lei nº 8.315/91, ar-

tigo 2º da Lei 8.540/92 e na Lei 9.528/97, com a redação dada pela Lei 10.256/2001, continua sendo obrigatória, eis que a mesma possui natureza jurídica distinta e o SFT declarou inconstitucional tão somente a contribuição devida à previdência social, não eximindo os produtores rurais pessoas físicas e jurídicas de efetuar o pagamento da contribuição ao SENAR.

Permanece também a obrigação prevista no parágrafo 5º do artigo 11 do Decreto 566/92 da empresa adquirente, consumidora ou consignatária ou a cooperativa ser subrogadas na obrigação de reter e efetuar o recolhimento da contribuição ao SENAR do valor descontado do produtor rural pessoa física, sob pena de responsabilidade.

Não houve, portanto, qualquer alteração quanto ao recolhimento da contribuição para o SENAR, permanecendo a obrigação da retenção e do recolhimento por subrogação da contribuição sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural, nas alíquotas de 0,2% para o produtor pessoa física e de 0,25% para o produtor pessoa jurídica.

O recolhimento para o SENAR continuará a ser efetuado através da guia da Previdência Social (GPS), como contribuição devida a terceiros (SENAR), código 2607 se houver recolhimento concomitante para a Previdência, ou código 2615 se for recolhimento apenas para o SENAR.

Arquivo



Com quatro aviários, JOÃO CARLOS GOZZI enfrenta dificuldades

“Se não melhorar, vou sair”

Avicultores paranaenses vão acumulando prejuízos e muitos já pensam em desistir da atividade

No início do ano, o Boletim Informativo do Sistema FAEP trouxe em sua reportagem de capa um levantamento completo sobre os custos da avicultura no Paraná. Os números mostraram uma triste realidade. Os produtores estão trabalhando no limite de suas capacidades, apenas cobrindo os custos, quando isso é possível, já que a pesquisa revela que em muitos casos, o produtor chega a ter R\$ 659 de prejuízo mensal.

O trabalho foi realizado pela Embrapa, FAEP e representantes dos avicultores e indústrias. Com os dados técnicos na mão, o Boletim Informativo foi à campo conferir de perto a situação dos produtores de frangos. Cobertos de dívidas e com pouca rentabilidade, os trabalhadores do setor sentem-se cada vez mais desmotivados a continuar na atividade, que vai sofrendo um verdadeiro esvaziamento.

“Já decidi, esse ano é o último, se não melhorar, eu vou sair”. A afirmação é de João Carlos Gozzi, que há mais de dez anos está na avicultura, mas já pensa seriamente em sair do ramo, por causa das poucas perspectivas. Mesmo com quatro aviários em sua propriedade, no município de Ouro Verde, próximo de Toledo, na região Oeste, ele não vê retorno no investimento, principalmente para pagar os altos custos da atividade. “O financiamento está muito alto, não tem condições de você fazer qualquer investimento. Além disso, não tem retorno. Ano passado, trabalhamos com intervalos de 28 dias para receber um novo lote. E aviário fechado não te traz renda”, diz João Carlos.

Assim como ele, Viru Inácio Friedrich, enfrenta dificuldades no setor. Com dois aviários, a única coisa que ele vê aumentar são as dívidas. “Ano passado foi massacrante, esperamos que esse ano melhore. Lembro que dez anos atrás fechei com uma média de R\$ 7 mil com um aviário. Agora com dois não sei se paga um. Se continuar assim com essa renda, fica difícil. Não é que esquecemos como faz o trabalho, é que o custo não diminui”, relata Friedrich, que consegue renda em outras atividades. “Tenho leite e soja na propriedade, senão é complicado”, completa.

Ele e João Carlos já viram diversos colegas desistirem da avicultura. “Eu sei que mais de 12 fecharam e outros estão tentando alguma alternativa, trocando de empresa. Um vizinho meu teve que vender o sítio porque estava trabalhando de graça”, conta João Carlos. “Você sempre tem que investir na propriedade por isso vários fecharam, não deram conta de arcar com tudo”, diz Viru.

A partir de agora, os dois ainda perderão mão de obra na propriedade, já que os filhos buscarão oportunidades no meio urbano. “Meu filho saiu porque precisa de uma renda todo mês e na avicultura não sobra nada”, conta Viru. “Meu filho vai procurar emprego na cidade, porque com essa renda baixa não dá, não tem condições”, afirma João Carlos.



**VIRU INÁCIO
FRIEDRICH**
torce por
um 2010
melhor para
a avicultura

Pressão

Os avicultores relatam que a pressão na atividade é muito grande. Segundo Viru, o proprietário do aviário arca com todos os custos e sempre precisa cumprir as diversas exigências das indústrias. “A gente está se questionando se vale a pena. A gente arca com tudo. Eu investi R\$ 200 mil e não consigo ter R\$ 5 mil por lote”, conta. “Se você tem um lote ruim, não tem qualquer ressarcimento, daí você trabalha no prejuízo”, completa.

João Carlos lembra dos longos dias de inverno, quando os cuidados são ainda maiores. “É complicado e sempre sobra para o avicultor. Quando tem geadas você fica a noite inteira cuidando. Se falta luz, você corre o risco de perder todo o lote”, relata, lembrando ainda do financiamento. “O problema é que você não consegue pagar o investimento. Não tem a renda e os juros são altos. Você fica na pressão e refém porque depende daquilo”, complementa.

Resta aos dois e para o setor, torcer para um ano melhor. “Os intervalos já estão menores, daí você produz mais. Mas, tudo que você faz é sob pressão. É esquisito porque você se sente empregado na própria propriedade”, diz João Carlos. “Se eu fosse empregado, trabalhava 8 horas por dia e não tinha dívidas. Você trabalha 14 horas para ficar no prejuízo”, finaliza Viru.

CONTRA-ATAQUE

Associação vai brigar na Justiça pela classe

A Associação dos Avicultores do Oeste do Paraná (AAVIOPAR) está preparando uma ação conjunta para brigar na justiça contra taxas de juros que ela considera abusivas cobradas pelos bancos. O presidente da AAVIOPAR, Luiz Ari Bernartt, diz que foi contratada uma empresa de advocacia especializada no assunto para entrar com 50 pedidos de prorrogação de dívidas via judicial. “Os bancos alteraram as taxas que eram de 6,75% ao ano para 4,78% ao mês, isso não é possível”, disse Bernartt.

Ele conta que os produtores foram tentar renegociar suas dívidas com os bancos, levando um pedido da AAVIOPAR. No entanto, não houve resposta positiva. “Nossa carta ficou desmoralizada. Agora vamos para a justiça. De agora em diante, os bancos vão pensar melhor antes de tomar qualquer atitude”, afirmou o presidente.

Bernartt relata ainda que muitos bancos usam de má fé ao disponibilizar limites de cheque especial com valores altos aos produtores já endividados. “Os produtores estão usando e quebrando. Vira uma bola de neve, com juros altíssimos. Agora queremos que os bancos prorroguem os prazos, para ficar mais tranquilo para o produtor”, explicou Bernartt.

De acordo com ele, só a mobilização do setor já trouxe alguns resultados positivos. “Muitos bancos já estão nos procurando para reduzir os juros e renegociar os prazos. Eles estão vindo para a realidade. Vamos fazer uma revisão dos juros dos últimos anos e isso será bom para o produtor”, contou Bernartt.

O presidente da AAVIOPAR também reclamou do pouco incentivo do governo para o setor. Segundo ele, foram repassados vários benefícios para a indústria, mas a avicultura não teve nada a seu favor. “Reduziram uma série de impostos e para o produtor não teve incentivo nenhum. Se deixar o produtor sozinho, ele vai quebrar”, relatou.

Já em relação às indústrias, Bernartt disse que a perspectiva melhorou, principalmente porque os intervalos para repor os lotes caíram de 28 para 15 dias. Além disso, a AAVIOPAR negociou com a principal integradora da região para que ela passe a pagar o custo do carregamento do frango, que hoje fica em torno de 7% a 10% do valor bruto recebido.



Inovação e tecnologia. Essas foram as duas principais palavras na última semana, em Cascavel, região oeste do Paraná. Os mais de 150 mil visitantes do Show Rural Coopavel puderam, entre 8 e 12 de fevereiro, conhecer o que há de mais moderno para aplicação no agronegócio.

Não faltaram máquinas e equipamentos, tratores modernos e mais eficientes, grãos mais resistentes a doenças, resultados de meses de pesquisa, as mais variadas palestras e informações. Tudo isso distribuído em 72 hectares ao ar livre. A tecnologia era tamanha que em alguns estandes, os visitantes colocavam óculos 3D para visualizar um ataque de pragas à lavouras. Porém, o rústico e o estilo “country” eram os mais vistos e muitas vezes era possível se sentir em uma fazenda ou em um bar típico do velho oeste.

A FAEP (Federação da Agricultura do Estado do Paraná) estava presente e levou 133 caravanas de produtores rurais à feira. Entre eles, Sueli Coutinho Tiburcio, de Cornélio Procópio, região norte. Em sua propriedade, ela produz laranja, uva e soja, além de trabalhar com bovinocultura de corte e leite. “Estou na feira em busca de informação e mais conhecimento. Tudo que eu vi foi muito bom, fiquei muito surpreendida com toda a tecnologia disponível”, destacou **Sueli**.

Ela relatou ainda que poderá aplicar o conhecimento adquirido nas plantações de frutas. “Vi várias palestras sobre como ganhar rentabilidade com o suco de uva. Vi também um pulverizador de laranja e plena produção”, contou. “Se você não correr atrás, se não for assim, você não tem futuro”, completou.

Mas o Show Rural Coopavel atraiu também pessoas de diversos pontos do Brasil. É o caso de Luis Alves Ribeiro, vice-presidente da Federação da Agricultura de Alagoas. Ele viajou quase três mil quilômetros, desde Santana do Ipanema até Cascavel. “Essa é a terceira vez que estou aqui. Nós sempre formamos uma caravana de 100 pessoas para vir ao Show Rural”, disse Ribeiro, elogiando a feira. “Cada vez tem uma novidade diferente, a tecnologia é tão avançada que tudo é significativo. Aqui nós levamos uma visão de desenvolvimento para o pequeno produtor da nossa região”, relatou.

SENAR-PR

Os visitantes do estande da FAEP, além de receberem kits com informações sobre a feira, puderam se cadastrar para fazer os cursos do SENAR-PR. O resultado foi altamente positivo e dezenas de cadastros foram realizados. Foi o caso da produtora Cleuza Lazari, que possui uma propriedade em Matelândia, região oeste. Ela se interessou pelos cursos no ano passado e agora pretende fazer novos treinamentos. “Fiz o cadastro aqui no estande para o curso de mandioca, que produz na minha propriedade e consigo renda”, contou.

Fotos: Cleverton Beje

Show de Tecnologia



Cleuza foi à feira com a caravana de sua cidade e ficou impressionada com tudo o que viu. “Estou muito surpreendida. Aqui você percebe que pode produzir mais. Tenho uma variedade de frutas na minha propriedade e aqui vi muitas espécies modificadas geneticamente, melhoradas. Aprendi muito aqui na feira. Quero fazer cursos para me aprimorar porque já participo de um grupo em Matelândia que quer formar uma mini-indústria”, finalizou.

Show Rural Coopavel leva mais de 150 mil pessoas a Cascavel



* PANORAMA

Show de diversificação

O Show Rural 2010 contou com 342 expositores que levaram 4,8 mil experimentos. Toda essa diversificação foi distribuída em 72 hectares da feira. Com isso, não faltou inovação e informação sobre créditos e financiamentos agrícolas, o trabalho das cooperativas e os experimentos do lapar, Emater e Coodetec. Confira o que de melhor aconteceu nos cinco dias do evento:

Lavoura-pecuária | Lançamento oficial da estação de pesquisa com objetivo de difundir o sistema integração lavoura pecuária, com novas cultivares que propiciam alternativas para viabilizar a pequena e média propriedade;

Agroecologia | Numa área de 2,3 mil metros quadrados, centenas de plantas em união, representaram a importância da ação da natureza em equilíbrio com o ser humano na produção de alimentos saudáveis;

Agricultura | Novas tecnologias para produção de feijão, soja, milho e girassol. Uso eficiente de herbicidas, plantio direto, adubação e aplicação de defensivos e de manejo de pragas e doenças;

Animais | Tipos de alimentação, fórmulas nutricionais e manejo de rebanhos. Novas tecnologias em manejo e sanidade, insumos, inseminação artificial e produtos veterinários;

Máquinas Agrícolas | Foram apresentadas as mais variadas marcas e modelos do que há disponível no mercado de tratores, colheitadeiras, plantadeiras, pulverizadores e outros acessórios.

Embrapa com novidades para a soja

Empresa brasileira de pesquisa lança
duas cultivares do grão mais resistentes a pragas

A Embrapa foi ao Show Rural 2010 com duas importantes novidades para o mais expressivo grão do agronegócio brasileiro. Trata-se de duas cultivares da soja, a BRS 294 RR e a BRS 295 RR. Elas fazem parte de um modelo transgênico e são resistentes ao glifosato, ou seja, o herbicida pode ser usado pelo produtor para combater plantas daninhas sem prejuízo para a lavoura.

Outra novidade é que a BRS 294 e BRS 295 são resistentes à phytophthora e à nematóide. “Essas são as duas principais doenças que atacam as lavouras de soja, por isso, nosso programa procurou intensificar a pesquisa para uma planta mais forte”, explicou a pesquisadora da Embrapa Soja Londrina, Divânia de Lima.

Segundo ela, a phytophthora é um fungo de solo, comum em várias regiões do país, e costuma prejudicar os produtores, já que traz muitos danos à soja. Já o nematóide é uma praga que ataca as raízes da planta, sugando seus nutrientes. “Para solos muito infestados com essas duas pragas, esse material que desenvolvemos é muito eficiente”, disse.

Divânia explica ainda que os dois tipos foram desenvolvidos para serem usados especificamente em algumas regiões. A 294 é indicada para solos localizados em altitudes acima de 800 metros. Pertence ao grupo de maturidade de 6.3 com resistência à podridão parva de haste. Já a 295 é indicada para altitudes abaixo de 800 metros, apresentando boa sanidade de raiz. “A maior produtividade será com semeadura a partir de 15 de outubro e, depois de colher a soja, o produtor pode cultivar o milho safrinha”, concluiu a pesquisadora do Embrapa.



Deputado federal ataca ministério que defende preservação do Código Florestal

por Claudio Angelo, editor de Ciência

Dois dias depois de dizer que o Ministério Público age como "braço jurídico" das ONGs ambientalistas, o deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP) alvejou o Ministério do Meio Ambiente, chamando-o de "meio governo" e "organização paraestatal". As críticas vêm a propósito das posições dos dois órgãos sobre o Código Florestal, a lei de proteção às matas.

Rebelo é relator da comissão da Câmara que analisa as propostas de mudança na lei, que data de 1965, mas foi alterada por Medida Provisória em 2001. A MP é fonte de atrito entre ruralistas e ambientalistas, pois alterou a chamada reserva legal: aumentou de 50% para 80% a área de uma propriedade rural que deve ser mantida como floresta na Amazônia, e de 20% para 35% no cerrado.

Ruralistas que tentam derrubar esse limite no Congresso têm esbarado no ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. Semana passada, ele rebateu críticas de Rebelo e o chamou de "pararruralista".

A novela pode acabar em abril, quando deve ser votado o parecer de Rebelo sobre propostas de leis para alterar o código. Uma delas, atacada por ONGs, propõe que cada Estado determine a própria reserva legal. De Boa Vista, Aldo falou à Folha de S. Paulo:

FOLHA | Por que reformar o Código Florestal agora? Existe mesmo a necessidade de mexer na lei?

ALDO REBELO | O Código Florestal é de 1965. De lá para cá ele já foi alterado várias vezes. Além da modificação de 2001, dessa medida Provisória, que aliás nunca foi votada, há outras alterações de interpretação, como resoluções do Conama. Eu fui indicado para apresentar parecer sobre todos esses projetos. Há polêmicas em torno de artigos da lei. Temos de ouvir todo mundo, colher informações não só de produtores e de órgãos ambientais, porque é preciso apresentar uma proposta que proteja as duas coisas: o código tem de proteger o ambiente e ao mesmo tempo assegurar que o país consiga produzir e se desenvolver.

FOLHA | O país já não tem se desenvolvido e produzido com a lei atual? O sr. deve defender mudanças no limite da reserva legal, é isso?

REBELO | Não tenho ideia ainda do que possa propor. Aqui hoje no Amazonas, por exemplo, as pessoas que foram ouvidas acham que 80% de reserva legal não tem problema. É diferente do Sul, onde as pessoas acham que tem problema nos 20%.

FOLHA | Não é possível acomodar essas reivindicações, por exemplo o direito adquirido de quem produz em uma área de desmatamento muito antigo, sem mudar o código?

REBELO | É o que nós estamos examinando. ET a qual código você se refere? O de 1965 ou a Medida Provisória de 2001?

FOLHA | No meu entendimento, como há uma alteração por Medida Provisória que vem sendo reeditada todos os anos, vale o texto de 2001.

REBELO | Pois é. Isso significa que o Executivo alterou o código de 1965 sem ouvir ninguém.

“Meio Ambiente age como organização paraestatal”

Marcelo Casati Jr./Agência Brasil

* ALDO REBELO (PC do B-SP) é relator de comissão especial que debate mudança na lei do limite para desmate. Foi classificado por Carlos Minc, ministro do Meio Ambiente, como “pararruralista”



FOLHA | O sr. foi aplaudido pelos ruralistas e vaiado pelo MST na audiência pública de Ribeirão Preto na última quarta-feira. Para um comunista, isso incomoda?

REBELO | O que são ruralistas na sua classificação? Essa classificação é do movimento ambientalista. É a sua também? O jornal classifica qualquer produtor rural, mesmo representantes da federação de trabalhadores da agricultura e da agricultura familiar, como ruralista?

FOLHA | Falo de deputados da bancada ruralis-

ambiente como organização estatal”



ta e da Abag [Associação Brasileira do Agronegócio], que representam grandes produtores.

REBELO | Mas isso não representava as centenas de pessoas que estavam em Ribeirão Preto. O que o movimento ambientalista e a mídia influenciada por ele querem colocar é o seguinte: que o produtor rural, o pequeno e o médio proprietário, são iguais ao investidor rural, que é banqueiro, dono de empreiteira. Vi no Paraná integrantes de uma cooperativa que não conseguem tirar renda de um salário mínimo da terra e vocês classificam de ruralistas! Existe um aspecto da questão que é a competição entre a

agricultura forte de um país frágil e a agricultura frágil de países fortes. E o movimento ambientalista que procura traçar uma incompatibilidade entre a natureza e o ser humano... esse é o ambientalismo neomalthusiano e neocolonialista, porque são organizações estrangeiras. O sujeito abre filial de ONG holandesa para ditar regras sobre o ambiente no Brasil, regras que não valem na Holanda nem na França, e a imprensa acolhe tudo de maneira acrítica, numa visão também colonizada.

FOLHA | *Não é lenda urbana essa coisa do interesse estrangeiro? O seu próprio partido, o PC do B, tem origem numa organização estrangeira, a Internacional Comunista. Grandes empresas do agronegócio, como a Bunge, também são transnacionais, e ninguém diz que elas prejudicam a soberania do Brasil.*

REBELO | Elas estão aqui para explorar economicamente o Brasil, e fazem isso muito bem. Basta olhar o preço dos insumos. E a outra coisa é a ação dos governos. A não ser que você ache que as batalhas na Organização Mundial do Comércio sobre a agricultura e as barreiras aos produtos brasileiros sejam ficção ou lenda urbana.

FOLHA - *Não são, mas o que eu não consigo é enxergar qual é a evidência de que o movimento ambientalista esteja ligado a essas barreiras.*

REBELO | O que eles desejam é que seja dissociado mesmo. Existe uma parcela do movimento ambientalista que representa a preocupação das pessoas com os crimes ambientais. A degradação que existe no mundo e no Brasil, isso é verdadeiro. O que eu estou é destacando que uma parcela do movimento ambientalista é neomalthusiana e neocolonial. Como não existe mais floresta na Europa, escolhe-se um país do Terceiro Mundo para ser uma espécie de jardim botânico europeu, e você submete a população da Amazônia, de camponeses, de caboclos e de ribeirinhos, ao regime de terror.

FOLHA | *Parece haver um discurso sobre conspiração internacional.*

REBELO | Não há conspiração: é tudo feito abertamente. Nenhuma dessas organizações está clandestina. Elas defendem suas ideias inclusive nas audiências da comissão que trata do Código Florestal. E os governos estrangeiros não escondem a sua animosidade em relação à agricultura brasileira.

“ O sujeito abre filial de ONG holandesa para ditar regras sobre o ambiente no Brasil, regras que não valem na Holanda nem na França, e a imprensa acolhe tudo de maneira acrítica, numa visão também colonizada”

FOLHA | *Mas, daí a concluir que ONGs estão a serviço de países ricos não é dar um passo além?*

REBELO | Não é propriamente a serviço, é um processo integrado. A não ser que expliquem por que esses países financiam de maneira tão decisiva essas organizações. Qual o interesse?

FOLHA | *Brasileiros financiam ONGs aqui, por exemplo, sem que haja interesse do governo brasileiro.*

REBELO | O governo brasileiro... Você tem governo e governos. O Ministério do Meio ambiente é meio governo brasileiro, age como uma organização paraestatal. A agenda do Ministério do Meio Ambiente também é ligada a esses interesses. Há muito tempo, aliás.

Ferramenta da Embrapa traça perfil agrícola

Regiões saberão potencial agrícola e cenários econômicos

A Embrapa Informática Agropecuária e a Cepagri da Unicamp, com cooperação da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - Cati, desenvolveram o sistema Planeja (www.planeja.cnptia.embrapa.br) para traçar o perfil agrícola dos municípios brasileiros. A ferramenta permite estudar as características de cada município como o potencial agrícola da região, os cenários economicamente viáveis, as áreas que merecem investimento e políticas públicas que podem ser aplicadas pelas prefeituras.

O objetivo do Planeja é justamente o de auxiliar o planejamento por meio de relatórios e o acompanhamento de atividades agrícolas em cada município brasileiro, sendo possível a sua utilização em áreas delimitadas fisiograficamente como estado e bacias hidrográficas. As informações permitem aos gestores saber qual a atividade agrícola que está evoluindo na região, os ajustes necessários, e a identificação de queda na produção e os motivos. Além de permitir realizar o zoneamento climático e servir para subsidiar investimentos.

O sistema é usado para identificar o perfil agrícola dos municípios, suas atividades e tendências econômicas, a qualidade ambiental e as áreas que necessitam de investimento, como melhoria da malha viária para o escoamento da produção local. O Planeja processa consultas em forma de relatórios, sendo os principais: extrato de área e de valor de produção, benfeitorias, estrutura fundiária e exploração animal, mão-de-obra, máquinas e equipamentos, utilização de tecnologia, planejamento e organização, e qualidade ambiental. Até agora o sistema já foi desenvolvido para 12 municípios brasileiros.

A FAEP espera propostas ao Plano Agrícola e Pecuário

Governo vai antecipar o plano e os produtores precisam participar

Cleverson Beje



A Faep está elaborando um documento com propostas para o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2010/11 e convoca sindicatos e membros das comissões da entidade a apresentarem sugestões. Elas serão recebidas até o dia 25 de fevereiro e o documento final será encaminhado ao Ministério da Agricultura. Esse ano o governo federal quer antecipar para maio a divulgação do PAP 2010/11. As propostas devem ser encaminhadas através do site da FAEP (www.faep.com.br) ou para o endereço eletrônico: economico@faep.com.br

Os principais temas abordados no PAP que podem receber sugestões:

- 1 | Crédito de Custeio e Comercialização Custeio Agrícola e Pecuário, Volume de Recursos, Taxa de Juros, Acesso ao Crédito, Limites para o Crédito Rural de Custeio, Crédito Rural de Comercialização, Empréstimo do Governo Federal (EGF), Linha Especial de Comercialização (LEC).
- 2 | Programas de Investimento com recursos do BNDES.
- 2.1 | Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras - MODERFROTA.
- 2.2 | Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem - MODERINFRA.
- 2.3 | Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais - MODERAGRO.
- 2.4 | Programa de Estímulo à Produção Agropecuária Sustentável - PRODUSA.
- 2.5 | Programa de Plantio Comercial de Florestas - PROPFLOA.

2.6 | BNDES - Finame Agrícola Especial e BNDES Automático.

2.7 | Novas Linhas de Investimentos.

3 | Instrumentos de Apoio à Comercialização.

3.1 | Preços Mínimos de Garantia

3.2 | Prêmio de Escoamento de Produto - PEP.

3.3 | Contrato de Opção de Venda de Produtos Agrícolas.

3.4 | Aquisições do Governo Federal - AGF.

4 | Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

5 | Programa de Geração de Emprego e Renda Rural - Proger Rural Enquadramento por renda, atividades, taxa de juros, custeio e investimento, limites e prazos de financiamento.

6 | Proagro, Proagro Mais e Zoneamento Agrícola.

7 | Seguro Rural.

8 | PRONAF - Linhas de crédito, custeio, investimentos, enquadramento, limites de crédito.

As cédulas rurais e o Plano Collor

Durante o período de vigência da CÉDULA RURAL PIGNORATÍCIA., houve a edição da Medida Provisória 168, de 15 de março de 1990, transformada na Lei 8.024, de 12 de abril de 1990 (conhecida como “Plano Collor”), que, entre outras medidas econômicas, determinou que o saldo das cadernetas de poupança fossem corrigidos pela variação da BTN Fiscal, conforme determinado no parágrafo segundo, do artigo 6º da referida lei.

Desta forma, a poupança efetuada antes de 15 de março de 1990, e que serviu ao banco como fonte de recursos para os financiamentos agrícolas contratados até aquela data, passou a atualizada pela variação da BTNF.

Todavia, conforme pode-se verificar pelos extratos de conta-corrente (dos financiamentos), fornecidos pelo próprio Banco de Brasil, os valores debitados no período de março/abril de 1990 - quando a BTN subiu 41,28% - correspondente à aplicação de índice de 84,32%, que equivale à variação de IPC (índice de Preço ao Consumidor).

Configurou-se, assim, um desatrelamento contratual, pois a cédula foi firmada tomando-se como base a BTN, índice aplicado, também, para corrigir os preços mínimos dos produtos agrícolas.

O próprio Conselho Monetário Nacional, através da Resolução 2.080, de 22.06.94 reconhece esse descompasso ao instruir, em seu artigo 4º:

“No caso de operações da espécie, que sofreram os efeitos do plano de estabilização econômica editado em março de 1990, em razão de terem sido os seus saldos corrigidos por índice superior àquele utilizado para a correção preços mínimos, as instituições poderão promover ajustes com os mutuários no sentido de: I- Escriturar em conta especial, até 15.12.94, a parcela correspondente ao resultado de aplicação do diferencial de índices apurados sobre o valor da dívida; II- reunificar as contas, caso não surja, no prazo estipulado, medida decorrente de negociações em andamento que atribui tratamento especial à parcela de dívida referida no inciso anterior; III- Omissis... Parágrafo único - O procedimento a ser adotado com relação aos financiamentos já liquidados, que sofreram os efeitos da desproporcionalidade de índices, será igualmente definido até 15.12.94.

A lei 9.138, de 29 de novembro de 1995, que tratou da securitização das dívidas dos agricultores, reconheceu, também, este descompasso, ao legislar, no artigo 5º, e 8º. o seguinte:

“A critério do mutuário, o saldo devedor a ser alongado poderá ser acrescido da parcela da dívida, escriturada em conta especial, referente ao diferencial de índices adotados pelo plano de estabilização econômica editado em março de 1990, independentemente do limite referido no artigo 3º, estendendo-se o prazo de pagamento referido no artigo 5º em um ano”.

A resolução nº 2.279, de 22.05.96, do Conselho Monetário Nacional, recomendou às instituições financeiras, no artigo 1º, inscrito II, o seguinte:

“a inclusão, no saldo devedor a ser alongado, da parcela da dívida escriturada em conta especial, referente ao diferencial de índices adotados pelo plano de estabilização econômica editado em março de 1990, dar-se-á a exclusivo critério do beneficiário de conformidade com os termos do art. 5º, 8º, da Lei 9.138/95.”

A Resolução nº 2.471, de 27.02.98, do Conselho Monetário Nacional, continuou protelando a cobrança do diferencial ocorrido em março de 1990, admitindo a sua renegociação, conforme instruiu o art. 2º, inciso II:

“Art. 2º - Para fins de negociação de que trata esta Resolução, o saldo devedor deve ser apurado com observância das seguintes condições: III - os valores negociados com base no artigo 5º e 6º, Lei 9138/95, e no artigo 1º, inciso IX, da Resolução nº 2.238/96, contemplando, inclusive, o diferencial de índices verificado por ocasião do Plano de Estabilização Econômica editado em março de 1990,....”

Desta forma o Superior Tribunal de Justiça já criou jurisprudência firme, no sentido de confirmar que a correção monetária no mês de março/abril de 1990 deverá ser fixada com base na BTN (41,28%) e não pelo IPC (84,32%) como foi cobrado, gerando diferença de 43,04%, a ser restituído.

E para reforçar ainda mais, recentemente o Tribunal de Justiça do Paraná, em caso idêntico, por unanimidade deu provimento ao recurso interposto pelo Réu, em ação patrocinada pelo Dr. Alfredo Ambrósio Junior como podemos ver:

APELAÇÃO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE COBRANÇA INDEVIDA DE CORREÇÃO MONETÁRIA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO. IMPROCEDENTE. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA, CONCEDIDA EM GRAU DE RECURSO. CÉDULA RURAL PIGNORATÍCIA. ATUALIZAÇÃO DO DÉBITO COM BASE NO ÍNDICE DE REMUNERAÇÃO DE POUPANÇA. MARÇO E ABRIL DE 1990 (PLANO COLLOR). ÍNDICE DE 41,28% COM BASE NA BTNF. RECURSO PROVIDO. I.

É admissível a concessão dos benefícios da Justiça Gratuita a qualquer tempo, desde que preenchido o requisito do artigo 4º da lei nº 1.060/50. II. É entendimento pacífico no Superior Tribunal de Justiça a aplicação do índice BTNF (41,28%), para o cálculo da correção monetária para cédulas rurais emitidas antes do Plano Collor e que previam a remuneração de cadernetas de poupança. (TJPR - 14ª C.Cível - AC 0459489-0 - Mandaguari - Rel.: Des. Laertes Ferreira Gomes - Unanime - J. 30.07.2008).



* KLAUSS DIAS KUHNEN é advogado da Federação da Agricultura do Estado do Paraná.

klauss.kuhnen@faep.com.br

Fotos: Arquivo

DEU NA IMPRENSA

Lula: alimentos a 12 países

» O presidente Lula autorizou a doação de 260 mil toneladas de alimentos para 12 países pobres ou atingidos por catástrofes naturais. Serão doadas 100 mil toneladas de feijão, 100 mil de milho, 50 mil de arroz e 10 mil toneladas de leite em pó. Os países beneficiados serão Haiti, El Salvador, Guatemala, Bolívia, Zimbábue, Palestina, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Enquanto isso, os flagelados brasileiros...

G1

Lidar com o computador, ou...

» A Receita Federal informou que 2010 será o último ano que o órgão permitirá a entrega da declaração do IR por meio de formulários impressos. Em 2009, de um total de 25,5 milhões de declarações, cerca de 127 mil documentos foram entregues por meio de formulários impressos, ou menos de 1% do total. Deve declarar quem recebeu mais de R\$ 17.215,08 em 2009. O prazo de entrega da declaração do IR deste ano começa em 1º de março e vai até o dia 30 de abril. Quem perder o prazo está sujeito a uma multa mínima de R\$ 165,74.

Das Agências

BB, Bradesco e Santander vão unir caixas eletrônicos

» Os bancos Bradesco, Banco do Brasil (BB) e Santander Brasil anunciaram que passarão, dentro de cinco meses, a compartilhar caixas eletrônicos externos, como de aeroportos, supermercados, postos de combustíveis, farmácias e rodoviárias. A intenção é aumentar a eficiência de uso das redes de autoatendimento. Além disso, os clientes das três instituições vão ter acesso a cerca de 11 mil terminais.

O Globo

Bolsa ditadura

» A juíza federal Cristiane Pederzoli, de Brasília, negou o pedido do cartunista Ziraldo para aumentar sua prestação mensal de anistiado político de R\$4,3 mil para R\$ 19,4 mil. Ziraldo argumentou que merece receber o valor equivalente ao do jornalista (Folha de S. Paulo e Rádio CBN) Carlos Heitor Cony, que desde 2004 embolsa mensalmente R\$ 19,4mil.

O Globo

Prudente demais

» O primeiro presidente civil do Brasil, o paulista **PRUDENTE DE MORAIS** foi recebido no Rio de Janeiro, a capital, com enorme má vontade. Apelidaram-no até de "Biriba", comparando sua barbicha à do macaco de barba do zoológico do Barão de Drumond, o inventor do Jogo do Bicho. O presidente se reuniu com jornalistas locais, para quebrar o gelo, e se definiu assim:

- Sou prudente no nome, prudente por princípios e prudente por hábito...

No dia seguinte, os jornais do Rio o rebatizaram: "Prudente Demais".



BEM NA FOTO



“Aqui no Rio até o Lula é vaiado”

EDUARDO PAES, prefeito do Rio de Janeiro ao se referir a insatisfação e ceticismo dos cariocas em relação as Olimpíadas de 2016



A mais poluída

» A cidade de Linfen, na China, é a mais poluída do mundo. Lá existem muitas minas de carvão legalizadas, que já produzem poluição em excesso. Mas o maior problema são as minas ilegais, que não seguem qualquer regulamentação ambiental e poluem indiscriminadamente.



As diferenças do cavalo

» Os cavalos não conseguem respirar pela boca, tem os olhos entre os maiores dos mamíferos terrestres e dormem a maior parte do tempo em pé. Estes animais têm um mecanismo nas pernas (tendões e ligamentos) que lhes permite estar em pé sem utilizarem os músculos. Para entrar em fases mais profundas do sono, os cavalos têm de se deitar. Para os cavalos é mais confortável estar de pé do que deitados, isto porque quando estão deitados fazem pressão sobre os órgãos internos.

Chaiwat Subprasom/Reuters

Cabra macho

» Um marine dos Estados Unidos comeu um escorpião durante exercício de sobrevivência na selva realizado em uma base militar na província de Chon Buri, na Tailândia. Não foi por falta de ração, o mariner tem um parafuso solto!



» Já o general-presidente **EURICO GASPAS DUTRA** tinha um defeito de dicção, trocava o s pelo x, em vez de "você sabia", falava "você xabia". Dutra evitava falar em público, para evitar gozações. Os jornalistas não perdoavam, sapecando-lhe o apelido de "O Catedrático do Silêncio".

Perucas 1

» A moda das perucas brancas surgiu no século XVII por causa da calvície do rei francês **LUÍS XIV** e de um surto de piolhos. Na mesma época em que Luís XIV começou a ficar careca, uma epidemia de piolhos originada no Palácio de Versalhes, onde ele vivia, atingiu toda a França. Isso obrigou os nobres a rasparem a cabeça. Para disfarçar a falta de cabelo, o rei e a nobreza passaram a usar perucas brancas.

Perucas 2

» Com o tempo, elas acabaram se tornando um símbolo da aristocracia. O hábito só caiu em desuso depois da Revolução Francesa. Na Inglaterra, passaram a fazer parte da indumentária oficial de juizes e advogados, para indicar sua condição superior. O hábito existe no país até hoje.



MOSAICO

32 milhões de livros

» A maior biblioteca do mundo é a **BIBLIOTECA DO CONGRESSO AMERICANO**, em Washington D.C., a capital dos Estados Unidos. A biblioteca foi estabelecida na cidade em 1800, quando o presidente John Adams mudou a capital da Filadélfia para Washington. Hoje tem mais de 32 milhões de livros e é a maior do mundo tanto pela quantidade de publicações quanto pelo espaço nas prateleiras.



A noite de Drummond

» Num momento de descontração, o grande poeta **CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE** escreveu:

“S atânico é meu pensamento a teu respeito
E ardente é o meu desejo de apertar-te em minhas mãos, numa sede de vingança incontestável pelo que me fizeste ontem.

A noite era quente e calma e eu estava em minha cama, quando, sorrateiramente, te aproximate. Encostaste o teu corpo sem roupa no meu corpo nu, sem o mínimo pudor! Percebendo minha aparente indiferença, aconchegaste-te a mim e mordeste-me sem escrúpulos.

Até nos mais íntimos lugares.

Eu adormeci.

Hoje quando acordei, procurei-te numa ânsia ardente, mas em vão.

Deixaste em meu corpo e no lençol provas irrefutáveis do que entre nós ocorreu durante a noite.

Esta noite recolho-me mais cedo, para na mesma cama te esperar...

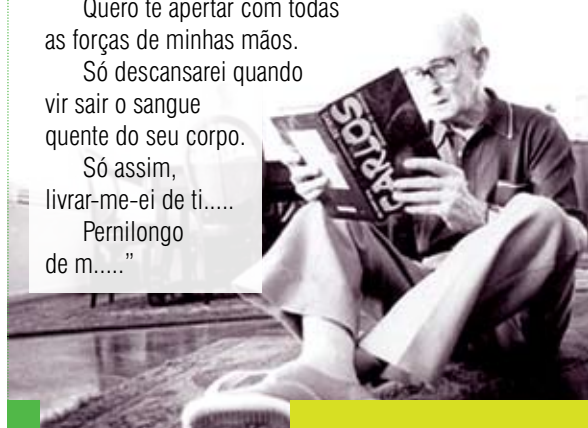
Quando chegares, quero te agarrar com avidez e força.

Quero te apertar com todas as forças de minhas mãos.

Só descansarei quando vir sair o sangue quente do seu corpo.

Só assim, livrar-me-ei de ti.....

Pernilongo de m.....”



Após completar 18 anos, **Weliton Carlos de Souza** começou a trabalhar como ajudante de serviços na unidade de Ivaté, da Usina Santa Teresinha, onde seu pai é motorista. No mesmo ano terminou o segundo grau e iniciou o Jovem Agricultor Aprendiz (JAA), quando descobriu que seu rumo era ser técnico de segurança do trabalho.

Buscou informações sobre a área e verificou que havia espaço dentro da empresa para crescer na profissão e foi em frente. “Cavalo encilhado só passa uma vez na frente da porteira”, diz ele. No final de 2007, foi transferido para o setor de transporte de cana-de-açúcar como operador de transbordo. Quando terminou o curso, a vaga estava garantida. Há cinco meses Weliton está no setor de segurança do trabalho e não tem do que se queixar. “A capacitação fez diferença. Tenho amigos que começaram comigo e continuam na mesma função, ganhando o mesmo salário. Eles poderiam ter conseguido se tivessem buscado”, constatou. A capacitação também fez diferença no salário de Weliton. “Meu rendimento aumentou em 100%”, diz.

“A vida melhorou”

Eliane Gomes, 30 anos, seguiu trajetória semelhante à Weliton. Começou há três anos trabalhando no corte de cana e quando surgiu a proposta de participação em processos seletivos não titubeou. Há um ano e meio é eletricitista de máquinas e veículos e o resultado mais comemorado é que toda a família ganhou em qualidade de vida. “Na roça eu começava às 5h30 e parava às 16h30. Na oficina entro às 7h e saio às 15h30”, lembra. Não é mais obrigada a acordar muito cedo para esquentar a comida e almoçar no refeitório. Tem plano de saúde, tirou carteira de motorista, comprou uma moto, móveis para casa...” ih, já comprei tanta coisa que nem lembro de tudo”, diz sorrindo.

Apesar de ter estudado somente até a oitava série, já frequentou várias vezes a sala de treinamentos da Usina, equipada para atender 50 pessoas, durante os cursos de ar-condicionado, computador e parte elétrica, sirene de ré e motor de partida. Para 2010 fará o curso de especialização elétrica.

Direto para a “boléia”

Foram cinco anos na colheita manual, em média 12 a 13 toneladas de cana por dia. Após as 40 horas do curso de tratorista, Alessandro Gomes dos Santos, 26 anos, saiu do corte para a “boléia”. O ponta-pé inicial foi mudar a carteira de motorista para a categoria “D”, uma exigência da empresa para quem dirige trator. Capacitar novos talentos da lavoura foi a forma que a empresa encontrou de “driblar” a dificuldade de mão de obra qualificada na região. De operador de trator Santos foi para a colhedora de cana, um equipamento novo na Usina. De olho no futuro, ele vislumbra mais do que o



“Cavalo encilhado”

Como o SENAR-PR vem transformando a vida das pessoas



ELIANE GOMES (ao lado) passou de cortadora de cana à eletricitista. **ALESSANDRO DOS SANTOS** (abaixo) deixou a roça para dirigir tratores



Fotos: Cleverson Beje



ado”



retorno imediato. “Trabalhar com o maquinário é uma profissão”. A mudança na vida dele tem estimulado os amigos. “Eles estão tirando carteira (de motorista) buscando um serviço melhor”.

Sede de aprender

A capacitação profissional de quem não tem familiaridade com os equipamentos tem que ser diferenciada. “Os cursos do SENAR-PR são fundamentais para o desenvolvimento profissional. Fez muita diferença o instrutor acreditar que esses “meninos” do corte poderiam dar certo”.

José Alcides Ferreira da Silva, o “Zezinho” foi o instrutor de Weliton e Alessandro. Ele explica que para operar uma máquina é necessário comprometimento do profissional para ler corretamente as informações do sistema de operação, o que pode contribuir para aumentar a

vida útil de um equipamento de alto custo. “Tivemos que começar do zero. Eles não tinham nenhum conhecimento, mas estavam sedentos em aprender. São pessoas que vieram da roça e tem vontade. Só não vai pra frente quem não tem aptidão mesmo para o serviço”, explica.

Hoje, Zezinho capacita Cristiano Ribeiro Pinto (22 anos) e Luciano Alves (28 anos) que buscaram por conta própria uma oportunidade. Cortadores de cana-de-açúcar na unidade de Terra Rica da Usina Santa Teresinha, eles se deslocaram 300 quilômetros, de Diamante do Norte até o Centro de Treinamento Agropecuário do SENAR-PR, em Assis Chateaubriand, para participar do curso de tratorista. “Meu primo fez o curso, passou para tratorista e agora está na cortadeira. Quero fazer o mesmo, melhorar cada vez mais”, afirma Cristiano.

* PREVENÇÃO

Mais produtividade, menos acidentes

Na Usina Dacalda Açúcar e Álcool a capacitação resultou em prevenção e redução do índice de acidentes e de consequentes ausências ao trabalho. Atualmente a empresa administra uma área agrícola de aproximadamente seis mil alqueires de cana própria e cinco mil alqueires de fornecedores, localizadas em Andirá, Barra do Jacaré, Santo Antonio Platina, Jacarezinho e Cambará. A produção de um milhão de toneladas de cana por ano emprega 1,6 mil funcionários.

Os resultados são mensuráveis. Desde que os treinamentos do SENAR-PR iniciaram, a empresa registrou queda de 1,39% (do total de horas trabalhadas), em relação ao absenteísmo (faltas ao trabalho) por motivo de doenças de 2007 a 2009. Reginaldo da Silva Matos, supervisor de Recursos Humanos, explica que os trabalhadores foram conscientizados sobre a necessidade de cuidarem mais da saúde e sobre o uso correto e contínuo do EPI (equipamento de proteção individual) fornecido pela empresa. “Falamos que os treinamentos do SENAR-PR ajudaram a melhorar a produtividade dos trabalhadores que passaram a trabalhar com mais atenção, observando melhor o resultado de cada tarefa, cuidando melhor da saúde, reduzindo o número de acidente de trabalho e afastamentos por doenças”.

Ainda segundo Matos, os trabalhos de orientação da equipe interna de técnicos de segurança do trabalho e de conscientização realizado duran-

tes os cursos do SENAR-PR, resultaram na queda do número de acidentes de trabalho. Os casos que eram de seis a oito por mês, em média, nos anos de 2006 e 2007, caíram para 5,7 casos por mês em 2008, e 2,8 em média em 2009. Reduzindo os casos de acidentes/mês também foram reduzidos o número de dias parados. Cada trabalhador afastado são cinco toneladas de cana-de-açúcar que seriam moídas a menos por dia, média que cada trabalhador rural (cortador de cana), corta por dia.

Em 2006, foram perdidos 161 dias, em média, por mês; em 2007 caiu para 96 dias. Em 2008, foram 73 dias e em 2009 foram 38 dias perdidos por afastamentos por acidentes do trabalho. “Os cursos do SENAR-PR, corte de cana básico e avançado, para os trabalhadores rurais, e o de apontamento para os encarregados, auxiliam na compreensão que o empregado tem em relação a importância do trabalho dele para o sucesso da empresa”, diz Matos.



USINA DACALDA AÇÚCAR E ÁLCOOL
em Jacarezinho, norte do Estado

Marilândia do Sul

José Leite dos Reis assumiu a presidência do Sindicato Rural de Marilândia do Sul dia 1º de fevereiro. O vice é Herst Sturzenegger e os secretários são Cláudio de Freitas Ferreira e Eurípedes Antônio de Mathias. O mandato é para o triênio 2010/2013.

Mandaguari

Há dois meses, o Sindicato Rural de Mandaguari está sob o comando de Antonio Galera Gonçalvez; na vice-presidência assumiu Agnaldo Esteves. Na gestão 2010/2012 a diretoria será secretariada por Claudinei Esteves e Carlos Roberto Favoretto.

Mulher Atual

O primeiro encontro do Programa Mulher Atual em 2010 foi realizado em São João. A parceria do Sindicato Rural com o SENAR-PR permitiu que mulheres da região trabalhassem temas como auto-estima, comunicação, família, direitos sociais, ética e liderança. A instrutora do SENAR-PR, Mariza Acorsi, promete muitas surpresas com palestras e debates sobre os mais diversos assuntos.



ASTORGA

A qualidade dos grãos

A técnica correta de coleta de amostras, de determinação de umidade utilizando equipamentos padrões e a identificação de impurezas nas amostras de grãos foram alguns dos temas tratados durante o curso de Classificação de Grãos, realizado pelo Sindicato Rural de Astorga em parceria com o SENAR-PR. A capacitação foi feita pela instrutora Maria de Fátima Cavalheiro Marcondes nos dias 25, 26, 27 e 28 de janeiro.



TERRA ROXA

Aplicação de agrotóxicos

O Sindicato Rural de Terra Roxa e o SENAR-PR realizaram na sede da entidade, o curso de NR-31, nos dias 25, 26 e 27 de janeiro. O curso ministrado pelo instrutor do SENAR-PR Paulo Roberto Marchesan objetiva a conscientização dos agricultores da necessidade da utilização dos Equipamentos de Proteção de Individual (EPI) na aplicação de agrotóxicos



REALEZA

Móveis e utensílios em bambu

Quinze produtoras rurais aprenderam a confeccionar móveis e utensílios domésticos durante o curso de Artesanato em Bambu ministrado pelo instrutor do SENAR-PR Geimar Nava no Sindicato Rural de Realeza nos dias 18 e 19 de janeiro.



ERRATA Diferente do divulgado na edição nº 1077 deste Boletim Informativo, a metodologia atualizada foi do curso de Artesanato de Tecido - Corte e Costura, e não do Programa Mulher Atual como publicado. A especialista em moda Carla Emilia Montanari Xavier Bento e a psicóloga da Gerencia Técnica do SENAR-PR foram as responsáveis pela formulação da apostila.



A importância da negociação coletiva

Inicia-se nova etapa de negociação com os Sindicatos dos Trabalhadores, objetivando a celebração de convenções coletivas para o período de vigência 2010/2011. Importante lembrar a estipulação constitucional do artigo 7º, inciso XXVI, no intuito de estimular a negociação coletiva, definindo ampla margem de liberdade para que as categorias profissional e econômica, por meio de suas entidades representativas, possam transacionar direitos e obrigações. O resultado de tal negociação, consubstanciado no instrumento coletivo, faz lei entre as partes.

A jurisprudência de nossos Tribunais Trabalhistas acolhe plenamente a convenção coletiva: "NEGOCIAÇÃO COLETIVA - VALIDADE - O que se escreveu em instrumento normativo, seja ele um acordo ou convenção coletiva retrata o lícito resultado de negociação coletiva. Negociação coletiva e instrumento normativo são de plena eficácia, ambos sob a garantia constitucional. Não é juridicamente concebido atacar-se disposição de norma coletiva em ação. É descabida a discussão sobre esse ou aquele pretensão direito individual quando a situação é regulada por norma coletiva que representa senão a totalidade, a maioria dos membros da categoria, refletindo o interesse maior dessa coletividade sobre os quais os interesses individuais não podem se sobrepor. Interesse pessoal que conflite com o que esteja regulado por norma coletiva não prepondera e não pode ser acolhido pelo Judiciário Trabalhista, que não pode e não deve se imiscuir na vontade coletiva legitimamente representada." (TRT-00985-2007-107-03-00-4)

Assim, inúmeros são os temas que podem ser alvo da negociação com a categoria profissional, objetivando a solução de conflitos futuros. Exemplificativamente, o banco de horas obrigatoriamente deve

constar de instrumento coletivo: "BANCO DE HORAS. REQUISITOS. VALIDADE. A adoção do Banco de Horas, obrigatoriamente, deverá ser autorizada mediante a celebração de Acordo ou de Convenção Coletiva de Trabalho, conforme determina o "caput" do art. 59 da CLT e o art. 7º, XIII, da Constituição Federal." (TRT-PR-31600-2008-651-09-00-8).

Da mesma forma, passível de regulamentação o tempo de deslocamento: "Existindo pactuação em Convenção Coletiva de Trabalho atinente às horas "in itinere", deverão prevalecer os termos fixados no instrumento normativo, tendo em vista que representa o legítimo resultado obtido por meio das negociações firmadas entre os Sindicatos envolvidos, ou seja, a vontade das partes. A validade dos instrumentos coletivos está prevista em dispositivo constitucional (art. 7º, inc. XXVI)." (TRT-PR-01534-2008-658-09-00-6).

Também, pode ser convencionalmente prorrogado o intervalo intrajornada: "Havendo acordo escrito, bem como Convenção Coletiva da categoria autorizando o elastecimento diário do intervalo intrajornada, instrumentos formalmente válidos e respeitados pelas partes, não há que se falar em pagamento de horas extras pela concessão de intervalo intrajornada superior a 2 horas/dia, vez que a pactuação fora realizada em consonância com a lei." (TRT-PR-01325-2007-071-09-00-2).

Nesse sentido, as cláusulas contidas em acordo ou convenção coletiva devem ser respeitadas e valorizadas, a menos que infrinjam frontalmente dispositivo constitucional. Entendendo o sindicato representante da categoria profissional por bem em flexibilizar o direito, não caberá ao Judiciário adentrar no mérito da negociação que representa ato livre e voluntário dos pactuantes, restando reconhecer o ajuste como de plena validade, com seus efeitos legais.

Carne americana emplaca na Coréia do Sul

» De 15 a 20 de janeiro a rede coreana E-Mart lançou uma promoção que fez subir em 300% as vendas de carne americana em suas 123 lojas, um rendimento de US\$ 1,6 milhões. Até meados de 2009, a carne americana era repudiada no país, devido a suspeita de estar contaminada com a doença da vaca louca. Ao que parece, os Estados Unidos deram a volta por cima após uma negociação agressiva e reconquistaram um mercado exigente. A iniciativa partiu do Departamento de Agricultura Americano (USDA) e do sindicato dos produtores de carne dos EUA. Além de preços acessíveis, os consumidores coreanos concorreram a uma viagem para visitar uma propriedade produtora de carne nos EUA.

Arroba mais cara do Brasil

Cleverson Beje



» Alagoas tem hoje a arroba mais cara do Brasil. Está cotada em R\$ 84 e pagamento com trinta dias, livre de impostos. O alto preço da arroba tem atraído pecuaristas do norte de Minas, Bahia e Tocantins, que passaram a abater animais no estado. O transporte é feito por carretas de dois andares e bi trens, que chegam a levar mais de 50 animais em cada viagem. Em alguns casos, pagam quase 1,5 mil km de frete para abater seus animais por um preço mais alto.

Mais um bloqueio na Argentina

» Para frear a subida nos preços da carne o governo argentino decidiu não dar mais registros de exportação para a indústria processadora de carne. A medida fecha praticamente as exportações permitindo apenas que algumas cargas da cota Hilton deixem o país. Alguns frigoríficos decidiram reduzir em 25% os abates. A menor oferta pressionou os preços que já subiram 50% nos últimos meses. Ironicamente o bloqueio coincide com o anúncio dos excelentes números da exportação de carne Argentina. Foram 419 mil toneladas que geraram 1,6 bilhões de dólares em divisas em 2009.

O “cafofo” do líder sem-terra



Arquivo

De invasor de terras ao bom burguês

De invasor da Câmara dos Deputados em 2006, Bruno Maranhão, transformou-se naquelas celebridades instantâneas, tipo “Caras”, com espaço nos jornais, revistas e na internet. Não se furtou à poses numa mansão de três pavimentos onde mora, em Recife (PE), quando não está no seu duplex no bairro de Higienópolis, reduto da classe alta paulistana.

Líder de invasões a prédios públicos ou propriedades rurais, Bruno Maranhão é de uma tradicional família proprietária de terras em Pernambuco (oito grandes fazendas e engenhos de cana-de-açúcar, além de frigoríficos, uma rede de lava-jatos de luxo e lojas em shopping centers).

Profissional da militância, ele já foi secretário de Mobilizações Po-

pulares na executiva nacional do PT e é o fundador do MLST (Movimento pela Libertação dos Sem Terra), cujos integrantes invadiram o prédio do Congresso, depredaram Câmara dos Deputados e deixaram 41 pessoas feridas. Considera-se amigo íntimo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pois é fundador do PT e revela que inclusive já dormiu na Granja do Torto. Até hoje, porém, não invadiu nenhuma das oito propriedades da família.



MARANHÃO e sua mansão: ninguém é de ferro!



Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
Cep 80010-010 | Curitiba - Paraná
Fone: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124
email: faep@faep.com.br | site: www.faep.com.br

Presidente
Ágide Meneguette

Vice-Presidentes
Moacir Micheletto
Guerino Guandalini
Nelson Teodoro de Oliveira
Francisco Carlos do Nascimento
Ivo Polo
Ivo Pierin Júnior

Diretores Secretários
Livaldo Gemin
Pedro Paulo de Mello

Diretores Financeiros
João Luiz Rodrigues Biscaia
Paulo José Buso Júnior

Conselho Fiscal
Sebastião Olímpio Santoroza
Luiz de Oliveira Netto
Lauro Lopes

Delegados Representantes
Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia,
Francisco Carlos do Nascimento, Renato Antônio Fontana



SENAR - Administração Regional do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 16º andar
Cep 80010-010 | Curitiba - Paraná
Fone: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779
e-mail: senarpr@senarpr.org.br | site: www.senarpr.org.br

Conselho Administrativo
Presidente
Ágide Meneguette - FAEP

Membros Efetivos
Ademir Mueller - FETAEP
Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC
Darci Piana - FECOMÉRCIO
Wilson Thiesen - OCEPAR

Conselho Fiscal | Membros Efetivos
Sebastião Olímpio Santoroza
Luiz de Oliveira Netto
Jairo Correa de Almeida

Superintendência
Ronei Volpi

BOLETIM informativo

Marcos Tosi (redator)
Cynthia Calderon (redatora)
Leonardo Fagundes (redator)

e-mail: imprensa@faep.com.br

Diagramação e projeto gráfico
Ctrl S Comunicação | www.ctrlscomunicacao.com.br

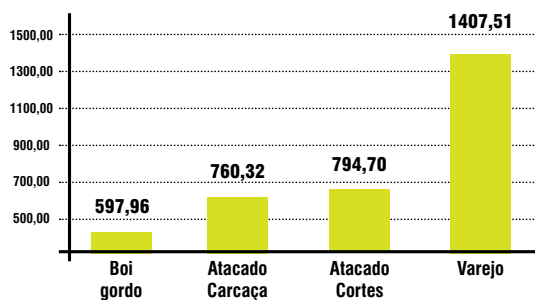
Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.



Errata

Na edição 1083 (pgs. 18 e 19) deste Boletim, foi publicada a matéria “Pecuária, Uma viagem a peso de ouro”, abordando os preços recebidos pelos pecuaristas em suas propriedades e o que é pago ao consumidor. Nela, afirmou-se que o boi ao ser retirado da propriedade custava R\$ 594,00. O texto apenas omitiu que esse valor se referia apenas ao traseiro do boi, parte considerada no mercado por conter os cortes de maior valor. Na semana passada, por exemplo, (veja gráfico) a fonte dos valores, a Scot Consultoria, respeitada pelo mercado, fixava em São Paulo o preço de R\$ 597,96 o traseiro.

PREÇOS MÉDIOS* RECEBIDOS PELO TRASEIRO BOVINO EM SP NA SEMANA - R\$



Fonte: Scot Consultoria | www.scotconsultoria.com.br

* Referência: boi gordo de 16,5@ com 52% de rendimento de carcaça

Campanha de vacinação contra a febre aftosa é elogiada

Jorge Bezerra Guedes, chefe da Unidade Veterinária de Nova Londrina, enviou um ofício para o Sindicato Rural de Nova Londrina, reconheceu o empenho dos profissionais envolvidos e o excelente resultado da campanha de vacinação contra a febre aftosa, em novembro passado. Guedes destacou o trabalho realizado pelo Conselho de Sanidade Agropecuária (CSA) de Nova Londrina, que engloba os municípios de Diamante do Norte, Itauna do Sul, Marilena e Nova Londrina. A vacinação contra aftosa atingiu 98% do rebanho paranaense.

Qualificação em Castro

O Centro de Treinamento para Pecuaristas (CTP), de Castro, fez uma leitura dos trabalhos realizados em parceria com o SENAR-PR no ano de 2009. E verificou que foram atingidos números significativos na qualificação dos produtores rurais da região. Foram realizados 14 cursos de bovinocultura de leite e outros cinco de eletricidade rural, qualificando 308 trabalhadores rurais em todo o estado. Em ofício Cornelis vas Santen, diretor executivo do CTP, destacou o trabalho realizado com 83 mulheres nos cursos de geração de renda e também das visitas que turmas do Programa Jovem Agricultor Aprendiz (JAA) fizeram no CTP, onde conheceram as unidades do centro de treinamento.

Stephanes

Achei interessante a reportagem com o Ministro da Agricultura (BI 1081). Porém, a expectativa de que o País poderá dobrar a produção agrícola (em três décadas), sem agredir a Amazônia, é brincadeira. Afirmo isso porque conheço toda a região oeste do Pará, e a derubada de mata naquela região para início de plantações é coisa assustadora.

Luiz Machado, por e-mail

Novo Boletim e relatório 1

Gostaria de cumprimentar o pessoal da Comunicação Social pelo “novo Boletim” e pela alta qualidade do Relatório SENAR-PR-2009. Atenciosamente,

Rodrigo Robles, por e-mail

Novo Boletim e relatório 2

Caramba!!! Vocês estão se superando, hein!? Parabéns pelo Boletim. Está cada vez mais bonito! E pelo Relatório do SENAR-PR. Altamente profissional!!

Valdir Paulo Emmerick, por e-mail

Código Florestal

Parabéns à FAEP pelo trabalho em prol da agricultura do Paraná e pela renovação do Boletim da FAEP, que ficou ótimo. Gostaria de sugerir, com referência ao Código Florestal, o empenho em permitir a todos os proprietários - independentemente da área da propriedade - de incluir as APPs (Área de Preservação Permanente) nos 20% de Reserva Legal. Por quê penalizar os que tem áreas de preservação permanente maiores? Há casos de mais de 20% de área de preservação permanente, e o proprietário então perde quase 50% do imóvel?

Victor Suplicy Rainer Harbach - Fazenda Monte Bello - Ribeirão Claro - PR

Cleverson Beje



Deputados Aldo Rebelo e Moacir Micheletto, relator e presidente da Comissão Especial do Código Florestal

Imagens do Show Rural

A FAEP recebeu em seu estande produtores rurais, lideranças sindicais e políticas de todo o Estado



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14o andar
Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___

Em ___/___/___

Responsável _____